



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**  
**DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL**

**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO**  
**19 DE MAIO DE 2025**

Ao décimo nono dia do mês de maio do ano de 2025, às quatorze horas e trinta minutos, iniciou-se, de forma eletrônica, a Oitava Sessão Ordinária de Coordenação, com a participação da Doutora Lindôra Maria Araujo, Coordenadora, e do membro titular, Doutor Nívio de Freitas Silva Filho e do membro suplente, Doutora Zélia Luiza Pierdoná. Justificada a ausência do membro Doutor Oswaldo José Barbosa Silva, em virtude de férias, que teve seus votos apresentados pela Doutora Zélia Luiza Pierdoná. Foram objetos de deliberações:

001. Expediente: 1.00.000.001415/2025-10 - **Eletrônico**

Relator: Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO. ATUAÇÃO CONJUNTA DE PROCURADORES DA REPÚBLICA. 1. Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.001415/2025-10, autuado no âmbito desta 1ª CCR, para tratar da apreciação de designações de membros do Ministério Público Federal para atuação conjunta, no âmbito da Procuradoria da Regional da República da 3ª Região, à frente da ACP 5008138-68.2017.4.03. 6105 (caso Fundo de Direitos Difusos). 2. Nos termos da Decisão 1484/2024 AJA/PGR, proferida pelo Vice-Procurador-Geral da República, foi encaminhada cópia do Despacho 100/2025 - AJA, para manifestação desta 1ª CCR acerca dos pedidos de designação relativamente à atuação conjunta dos Procuradores Regionais da República Geisa de Assis Rodrigues e Sérgio Monteiro de Medeiros, para atuarem em conjunto com a Procuradora Regional da República Rose Santa Rosa, nos autos da citada ACP, bem como nos feitos extrajudiciais conexos e nos feitos judiciais decorrentes, dado que esta temática se insere na esfera de atribuições desta Câmara. 3. O art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU 1/2014 dispõe que a atuação no Ofício é, em regra, individual, porém, admite excepcionalmente a possibilidade de atuação conjunta de membros do Ministério Público, por meio de designação do Procurador-Geral, respeitado o princípio do Procurador natural. 4. A Procuradora da República natural entende que o grau de complexidade exige uma atuação conjunta com os outros signatários do pleito, diante da relevância do descontingenciamento do FDD, que arrecadou vultosos recursos ao longo dos anos e superou os dois bilhões de reais entre 2011 e 2017, e o evidente interesse público em sua aplicação nas finalidades previstas no art. 1º da Lei 9.008/95, e, diante desse panorama, não há dúvidas sobre a relevância social do tema e, por via de consequência, a necessidade de se conferir uma atenção especial ao caso. 5. Requisitos legais atendidos. 6. Manifestação favorável desta 1ª CCR. 7. Restituam-se os autos ao

Gabinete do Procurador-Geral da República.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, manifestou-se favorável à atuação conjunta pretendida, nos termos do voto do Relator, o Subprocurador-Geral da República Oswaldo José Barbosa Silva. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Procurador-Geral da República para as providências que entender cabíveis.

002. Expediente: 1.00.000.002825/2025-70 - **Eletrônico**

Relator: Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

Ementa: COORDENAÇÃO. GTI FUNDEF/FUNDEB/1ªCCR/MPF. REPRESENTAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DOS MEIOS DE RESPONSABILIDADE DAS AUTORIDADES COMPETENTES ANTE A AUSÊNCIA OU A OFERTA IRREGULAR DO ENSINO OBRIGATÓRIO. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA 1ª CCR. ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, manifestou-se favorável à representação para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo GTI Fundef/Fundeb, nos termos do voto do Relator, o Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Procurador-Geral da República para as providências que entender cabíveis.

003. Expediente: 1.00.000.005178/2024-77 - **Eletrônico**

Relatora: Dra. Zélia Luiza Pierdoná

Ementa: COORDENAÇÃO. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, APROVADA NA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO DA 1ª CCR, DE 12/08/2024. REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, INTERCÂMBIO DE DADOS, CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE O SISTEMA E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL. CIÊNCIA AO COLEGIADO DA 1ª CCR DA ASSINATURA DO ACORDO PELA PRESIDENTE DO IPEA E PELO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou ciência da celebração do acordo de cooperação técnica entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora, a Procuradora da República Zélia Luiza Perdoná. Encaminhem-se os autos para acompanhamento pela Coordenadora da Comissão de Saúde, considerando que o atual plano de trabalho proposto contempla especialmente o tema saúde, além da ciência às demais comissões, comitês e grupos da 1ªCCR.

*(assinado eletronicamente)*

**LINDÔRA MARIA ARAUJO**

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 1ª CCR/MPF